

A ação dos movimentos sociais na luta pela terra e pela educação do campo no sudeste da Amazônia Paraense

The land struggle movements and the construction of rural education in the southeast of the Paraense Amazon

Leandro Ferreira da Silva

Doutor em Educação pela UFSCar. Técnico em Assuntos Educacionais do IFPA

Maria Cristina dos Santos

Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora da UFSCar

Resumo: Num país tão desigual quanto o Brasil, a questão agrária, a luta por reforma agrária e a educação nesses territórios precisam ser evidenciadas e discutidas, principalmente nesse momento do levante do fascismo no nosso país. No sentido de visualizar as tramas histórico-políticas dos movimentos sociais do campo no sudeste da Amazônia Paraense, este artigo busca abordar a criação de assentamentos rurais enquanto território de vida e de aprendizado. Neste sentido, o objetivo deste artigo consistiu em apresentar os principais fatos históricos de constituição desses territórios e como são organizados o processo de luta pela terra, pela vida e pela educação do campo. À medida que esses territórios são organizados pelos trabalhadores rurais, o sudeste paraense vai modificando sua estrutura fundiária e educacional. São atualmente 514 projetos de assentamentos da reforma agrária no sudeste do Pará, onde residem 72.162 famílias assentadas nesta região (INCRA, 2017). Abrange uma superfície de 43.177,51 quilômetros quadrados, cerca de 14,53% da região sudeste paraense. Em um território em permanente disputa, conclui-se que os trabalhadores do campo estão em movimento, se mobilizando e articulando em busca dos seus direitos pela vida, pela terra e pelo conhecimento. A luta continua por uma educação que seja libertadora, que tenha justiça e dignidade social no campo, enfim por uma sociedade sem concentração de renda, de poder e saber.

Palavras chave: Amazônia Paraense. Educação. Reforma Agrária.

Abstract: In a country as unequal as Brazil, the agrarian question, the struggle for agrarian reform and education in these territories need to be highlighted and discussed, especially at this moment of the uprising of fascism in our country. In order to visualize the historical-political plots of rural social movements in the southeast of the Paraense Amazon, this article seeks to address the creation of rural settlements as a territory of life and learning. In this sense, the objective of this article was to present the main historical facts of the constitution of these territories and how the process of struggle for land, life and education in the countryside is organized. As these territories are organized by rural workers, the southeast of Pará is changing its land and educational structure. There are currently 514 land reform settlement projects in southeastern Pará, where 72,162 families settled in this region reside (INCRA, 2017). It covers an area of 43,177.51 square kilometers, about 14.53% of the southeast region of Pará. In a territory in permanent dispute, it is concluded that rural workers are on the move, mobilizing and articulating in search of their rights for life, land and knowledge. The fight continues for an education that is liberating, that has justice and social dignity in the countryside, in short, for a society without concentration of income, power and knowledge.

Key words: Paraense Amazon. Education. Land reform.



1 Introdução

A Formação socioespacial do sudeste da Amazônia Paraense vivenciou períodos distintos de ocupação e a concentração fundiária é ponto relevante para compreender as desigualdades sociais estabelecidas na região amazônica. Para Michelotti (2010) a região do sudeste paraense passou por três períodos: I – início do século XX até a década de 1960, espaço onde houve a expansão da castanha-do-pará e da pecuária; II – 1970 a 1980, expansão agrícola-posseira; III – 1990 até os dias atuais, é um ciclo de luta pelos sem-terra. Pinto (2020, p. 66) pontua essa dinâmica no processo de territorialização:

No sudeste paraense, Amazônia Oriental, fica evidente tais processos, tanto no que tange à territorialização do campesinato, como dos projetos diversos que se constituíram nos assentamentos da região. Estes alteraram a estrutura agrária e fundiária; possibilitaram um processo de territorialização do campesinato, criando uma concentração de assentamentos em áreas de antigos latifúndios improdutivos; e modificaram modos de viver e de socializar, permitindo interações culturais diversas, com alterações evidentes nas condições de vida e saúde de famílias e indivíduos, que se encontravam em condições de pobreza e miséria. No entanto, cada território (assentamento) construiu estratégias diversas, conforme a história de vida das famílias, bem como do movimento que possibilitou a conquista da terra, sob dadas condições políticas, econômicas e culturais.

Ianni (1979) relata que nos recenseamentos de 1950 e 1960 são registrados poucos proprietários para a vasta terra que existia na região, e justamente nesse período começou o processo de migração para essa região, conforme destaca Velho (1974, p. 200) “pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta da castanha e na busca por diamantes”.

Na década de sessenta, como forma de interligar o Centro-Sul ao Norte do Brasil, o governo da ditadura civil-militar constrói a rodovia Belém-Brasília¹ e concede incentivos fiscais e agropecuários aos representantes do capital, como consequência vários migrantes, despossuídos de bens materiais, foram atraídos a se instalar no interior da Amazônia. Incentivados pela política de colonização e desenvolvimento da região norte do país, o governo estadual paraense

¹ A Rodovia Belém-Brasília é formada por onze rodovias federais, que ligam a capital do país, Brasília (DF), à capital paraense, Belém (PA).

doou milhões de hectares de terra para grandes grupos econômicos e especuladores, incentivando a expansão capitalista na Amazônia, conforme registra Pereira (2013, p. 6):

Além da construção de estradas, da criação de órgãos e de programas e do estabelecimento de um sistema de propaganda, prometendo oportunidades econômicas e lucros fáceis na Amazônia, vastas extensões de terras, créditos e incentivos fiscais foram concedidos a grandes empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País para a criação de gado bovino. Dos 1.199 projetos aprovados pela SUDAM, para serem implementados nos anos que transcorreram entre 1975 e 1989, no estado do Pará, por exemplo, 638 eram destinados à criação de gado bovino, 11.397 à indústria, 68 à agroindústria e 96 aos serviços básicos (telecomunicações, infraestrutura, energia elétrica, transportes etc.) e setoriais (pesca industrial, turismo etc.).

O grande capital foi beneficiado com a questão fundiária, estabelecendo a sua oligarquia agrária de concentração de posses que consequentemente gerou grandes conflitos, onde a terra passa a ser monopólio de grandes grupos financeiros, de empresas e de grileiros. A disputa por terra ganha intensidade e o Estado se apressa em demarcar propriedades” (Luna, 1984; p. 55). As áreas que receberam grandes incentivos fiscais foram as que mais geraram violência ao homem do campo, como retrata Pereira (2004, p. 48):

O número de trabalhadores rurais assassinados em luta pela posse da terra foi maior onde os valores e incentivos fiscais foram mais altos. A região Araguaia-Paraense, 38,3% do valor dos incentivos, teve 40,6% do número de assassinatos no campo. Desse modo, pode-se perceber que associado à violência rural está, estimulado e financiado pelo Estado, o fenômeno da concentração de terra (...) Não é mera coincidência o fato de que as áreas mais violentas são, também, as que possuem os piores índices de concentração fundiária e as maiores quantidades de incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Trabalhos realizados pelos pesquisadores Ianni (1979), Martins (1984; 1991; 1999), Hebette (1991), Pereira (2004, 2013) e Miranda (2017) tratam acerca da história do campesinato no sudeste paraense bem como os conflitos agrários que se emergiram entre o período de 1960 a 1990. Nessa conjuntura territorial dinâmica da região, num território em disputa, o capital se apropria dessas áreas e passa a investir para o desenvolvimento das áreas paraenses como o Programa Grande Carajás (PGC²).

² O Programa Grande Carajás (PGC) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, com uma área de 900.000 km que abrangia parte do Estado do Pará (sudeste paraense), Goiás, hoje estado

Esse processo de afluxo de empresários e trabalhadores rurais oriundos de diversas partes do país, a luta pela terra do sudeste da Amazônia Paraense foi se intensificando, os grandes e melhores espaços de terra para produção foram dados aos grandes grupos do capital, nesse sentido aumentou a apropriação privada das terras, devolutas, invadidas e/ou ocupadas, Pinto (2020, p. 17) caracteriza:

Para os camponeses, as poucas terras que o Estado destinou, estavam em lugares de difícil acesso, sem infraestrutura (educação, saúde, moradia, água, alimentação) e, portanto, sem possibilidade de viver dignamente. Essa expressão desigual da fronteira não impediu que mudanças fossem protagonizadas pelos camponeses, seja nas faces migratórias, seja nos rostos dos povos autóctones. No sudeste paraense, Amazônia Oriental, o campesinato de fronteira, constituído principalmente por migrantes negros de áreas empobrecidas do Nordeste brasileiro faz parte dessa diversidade de modos de viver e de reproduzir. Nesse território de riquezas naturais estratégicas, desde os anos 1970, os camponeses e povos tradicionais vivem tempos de disputas pelo acesso à terra para se estabelecer, enfrentando o latifúndio, as empresas rurais e de mineração, meio a conflitos, violência e mortes.

A chegada de vários camponeses no final da década de 1970, principalmente dos estados do Maranhão e norte goiano (atualmente Tocantins) ao se instalarem na região, não encontraram terras livres. Pereira (2010) relata que eram trabalhadores rurais pobres, vaqueiros, garimpeiros e que vieram em busca da terra e da sobrevivência e chegaram na região estimulados pela propaganda governamental civil-militar que aludia “terra para todos”, ou seja, de um lugar de terras sem homens para homens sem-terra.

Essa reconfiguração da face do campesinato na Amazônia é retratada por Hebette (1991) em três grupos a saber: primeiro os lavradores migrantes que se estabeleceram com a colonização da Transamazônica, segundo os posseiros instalados por iniciativa própria nas terras devolutas; e o terceiro grupo concebido como os sem-terra que buscavam um pedaço de chão livre para se instalar. Esses três grupos tinham um traço em comum, a luta pela terra.

Os “despossuídos da terra” ao chegarem e se instalarem principalmente da região de fronteira do sudeste do Pará (divisa dos

do Tocantins, e Maranhão. O PGC incluiu três grandes frentes integradas: um conjunto de projetos mineiro-metalúrgicos; um conjunto de projetos agropecuários e florestais; um grupo de projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens).

estados do Maranhão e Tocantins) encontraram precárias condições de vida e de trabalho e muitos se tornaram garimpeiros, vaqueiros, peões de fazenda, escravos e sem-terra, com efeito, eram pessoas de vários lugares que cruzaram suas na fronteira da Amazônia paraense.

Considerando o fato de se sentirem enganados pela propaganda governamental e notarem a desigualdade com que foram tratados na partilha das terras, levando ao fato que alguns territórios doados pelo Estado as grandes empresas eram imóveis improdutivos iniciou-se um agravamento da crise fundiária no estado com diversas ocupações, conflitos de terra, violência, massacres e assassinatos, conforme pontua Pereira (2013, p. 7):

Contudo, a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do INCRA nessa parte do território amazônico. Diversos imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará, ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino, e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram, paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes. Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão social e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária. Ali não só trabalhadores rurais e proprietários se envolveram nos conflitos de terra. Diversos agentes sociais ligados à Igreja Católica e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) tomaram parte dessas disputas. Assim também foram os membros de diversos aparelhos de Estado como o INCRA, a PM, a Polícia Civil, a Polícia Federal, promotores e juizes de direito das comarcas locais, bem como pistoleiros e grupos paramilitares.

De acordo com Pereira (2010) a partir da década 1970 essa região de fronteira entre os estados do Maranhão e Norte Goiano (atualmente Tocantins), já não apresentava terras disponíveis, dessa forma os camponeses passaram a ocupar as terras improdutivas das grandes empresas. Os conflitos agrários se agravaram, Monteiro (2015, p. 65) explica como foi este processo:

Desta forma, os confrontos foram de duas ordens: Primeiro pela expropriação de posseiros de suas áreas conquistadas, seja pelo sistema de grilagem seja por outro de usuração, e segundo pela ocupação dos camponeses das áreas tidas como áreas particulares de empresa e/ou empresários. O fato do governo estimular a migração para a região, que contava agora com as estradas que facilitavam a movimentação, lançaram muitos trabalhadores rurais para essa fronteira: vinham com a esperança da conquista da terra, e com ela sua melhoria de vida. Com a chegada de novos migrantes, os conflitos por terra no Sudeste Paraense intensificaram.

2 A organização dos movimentos sociais no sudeste paraense

Esse movimento migrante e de investimentos também faz surgir nos anos de 1970 os primeiros movimentos organizados que lutavam pela reforma agrária no sudeste paraense, entre eles se destacam a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Movimento dos Sem-terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), como também outras organizações, como descreve Almeida (2011, p. 84):

É, portanto, nesse complexo campo de lutas e resistências que também surgiram as lideranças camponesas que, ao final da década de 1970, foram peças fundamentais na criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs); ou, por tais condições sociais e políticas, vieram a conquistá-los, deslocando-os das mãos de dirigentes instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em outros casos ainda, tais sindicatos foram criados, permitindo ampliar a rede institucional de apoio à organização política em construção. Portanto, foi por via do sindicalismo que as lideranças iniciaram sua luta por maior autonomia e começaram a elaborar um projeto coletivo em nível regional de organização da representação política. Aquelas instituições puderam contar ainda com outros apoios como da CPT, muito participativa e dinâmica, também com o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), pesquisadores engajados no estudo e assessoramento dos desdobramentos desses processos; e entidades como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de Estudos e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH).

Pereira (2013) esclarece que os ocupantes de terra eram conhecidos como posseiros³, somente a partir da segunda metade de 1990, eles passaram a ser chamados/denominados de “sem terra”. Ao se organizarem e mobilizarem coletivamente em torno da sindicalização as estratégias e táticas em busca do direito à terra também se aperfeiçoaram e foram fundamentais para os enfrentamentos que surgiram nesse período. Nesse sentido, os trabalhadores rurais são perseguidos pelos grupos econômicos, conforme retrata Ianni (1979, p. 207):

Em 1976, em diferentes lugares do município de Conceição do Araguaia, a situação do posseiro é mais ou menos essa. Está condenado a ser pressionado, coagido, agredido pelo fazendeiro e seus representantes, privados ou públicos. Está proibido de organizar-se, de buscar o apoio que lhe convém ou receber qualquer ajuda que contrarie os interesses do

³ Foram considerados posseiros os trabalhadores rurais que ocupavam as áreas devolutas, que eram posses antigas, que não apresentavam contestação. Também receberam esse nome os migrantes que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou de aforamento.

fazendeiro. Desde que a empresa agropecuária começou a formar-se e expandir-se ali, com o apoio político e econômico do governo e com incentivos fiscais e creditícios da SUDAM, a violência passou a ser um elemento cotidiano na vida do posseiro. As pressões, as ameaças, a entrada do gado nas roças, a queima das casas, a presença do oficial de justiça representando a violência institucionalizada, muitos são os ingredientes da violência que passou a povoar o cotidiano do sul do Pará.

Compreendemos que esses conflitos agrários são resultantes da materialização da luta de classes, e é um marco para compreender as disputas territoriais, pois as relações sociais imbricadas nesse processo que manifestam as relações de poder, onde o desenvolvimento das forças produtivas se territorializam de forma desigual, conforme descreve Oliveira (1999, p. 12):

É pois um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução da sua existência. São, pois, relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. O território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

Essas lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais foram organizadas com o apoio dos diversos movimentos sociais do campo, como por exemplo, o MST, que resultaram em processos de ocupação e resistência nos latifúndios no sentido de serem desapropriados. Acerca da chegada do MST, Pinto (2020, p. 19) esclarece que foi um divisor de águas no campesinato da Amazônia:

O acesso à terra no sudeste paraense sempre foi marcado por conflitos, violência e assassinatos. A chegada do MST na região no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 marca um período importante na história do campesinato na Amazônia. As principais áreas ocupadas pelo movimento foram latifúndios improdutivos, terras griladas e destinadas pelo Estado às grandes empresas rurais, bancos e outros empreendimentos vinculados ao agronegócio.

Essa forma de organização política resultou em estratégias de planos comunitários e familiares que lançaram fundamentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nos anos de 1970, as CEBs ganharam notoriedade pela ação dos adeptos da Teologia da Libertação. A ação dos movimentos sociais do campo ganhou capilaridade dentro de grupos da igreja católica, resultando na criação da Comissão Pastoral da

Terra (CPT) como também dentro do ambiente acadêmico, em Marabá através dos pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Acerca dessa relação de forças sociais, religiosas e acadêmicas, Almeida (2011, 83-84) relata:

Essa luta dos migrantes pela terra constitui-se como campo de encontro de todos os agentes sociais – clero, militantes sociais e políticos, advogados, pesquisadores e estudantes – que lutavam contra o regime militar e a favor dos posseiros. Muitos deles encontravam em organizações das Igrejas Católica e Luterana e, em particular, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), um espaço institucional com certa “imunidade simbólica” à repressão. É nesse campo de forças muito diversificadas e, de certa forma, contraditórias – onde a vida política, sindical e religiosa esteve tão imbricada em medida e formas diferentes – que os trabalhadores encontraram e constituíram seus primeiros mediadores sociais.

Fernandes (1999) pontua que a luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo não termina quando entram na terra, depois vem o processo de resistência após a criação do assentamento, pois as reivindicações agora serão por uma vida digna no campo com construção de escolas, estradas, habitações. Não basta apenas ter a terra, é imprescindível que outros direitos sejam assegurados, como destaca Assis (2009, p.136): “os sindicatos, a Federação Regional e o MST modificaram o sentido da Reforma Agrária na região nos anos 90, pois o sentido agora ia da democratização da terra à garantia de qualidade de vida para camponeses e para a sociedade.” Outras “cercas” precisam ser derrubadas para que se visualizem novos processos de lutas, ou início de novas jornadas conforme destaca Monteiro (2015, p. 67):

Com a sindicalização dos sujeitos camponeses a luta pela terra adquire um caráter classista, pois à proporção que os trabalhadores rurais passaram a se reunir e pensar estratégias de ocupação da terra, outros elementos começaram a ser elencados nas reuniões, relacionados desde a produção agrícola à falta de escolas no campo. Uma nova bandeira de luta foi sendo construída delineando a consolidação de um campesinato na região.

Na década de 1980 vários migrantes foram atraídos ao sudeste paraense movidos pela esperança de melhorarem sua situação e se aventuraram em busca do ouro e pedras preciosas nos diversos garimpos espalhados na região, mas principalmente em Serra Pelada⁴. Esse fluxo migratório em busca de garimpos atraiu homens de toda parte do Brasil.

⁴ Vila e distrito do município de Curionópolis, localizado no sudeste do Pará. O distrito tem sua formação histórica relacionada às atividades do garimpo. O distrito chegou ao ápice de 80 mil residentes no ano de 1984, após o recorde de produção estimada em mais de 17 toneladas de ouro no ano anterior.

Com o declínio da atividade garimpeira, muitos migrantes que se deslocaram para essa região enxergaram no processo de aquisição da terra uma forma de sobrevivência.

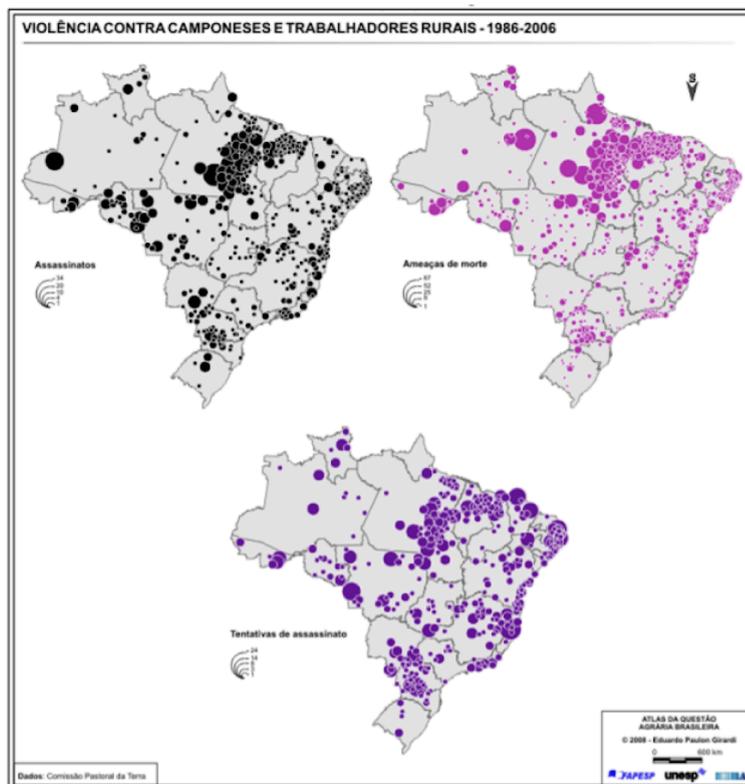
A década de 1990 ficou marcada por vários conflitos agrários em várias partes do território brasileiro, uma delas de repercussão internacional foi o massacre de Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará. No dia 17 de abril de 1996, três mil famílias lideradas pelo MST ocuparam a rodovia da PA 150 exigindo a desapropriação de um latifúndio improdutivo de quarenta e dois mil hectares, localizado no município de Eldorado dos Carajás.

No acampamento que recebeu o nome de Macaxeira, foram surpreendidos e cercados por duas tropas da polícia militar do Pará com o objetivo de desocupar a referida rodovia e desarticular o movimento. Neste triste episódio, no perímetro conhecido como curva do "S", 19 trabalhadores rurais sem-terra foram brutalmente assassinados pelas forças policiais do Estado, 69 feridos e 7 desaparecidos. Para Pereira (2013, p. 14 e 15) as forças dessas relações são caracterizadas por violência física e simbólica:

Nesse processo de disputas pela apropriação da terra, os empresários rurais e fazendeiros, quase sempre, recorreram à violência física e simbólica. Ação considerada eficiente no estabelecimento de suas fazendas sobre as áreas já ocupadas por posseiros e, principalmente, como forma segura de evitar que seus imóveis fossem ocupados e desapropriados para fins de reforma agrária. Pistoleiros eram facilmente contratados para essas atividades, e também funcionários do INCRA/GETAT, juízes, delegados, agentes da Polícia Federal e policiais militares e civis foram, às vezes, seus exímios colaboradores. Uma violência que atingia não apenas os trabalhadores de forma direta (os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, as agressões, prisões e torturas), mas também as suas unidades de produção e de moradia (expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações), desestruturando grupos, relações de parentesco e vizinhanças. Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirar-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores.

O mapa 1 nos apresenta a violência contra camponeses e trabalhadores rurais entre 1986 a 2006, revelando as três variáveis: focos de assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinatos. É possível verificar que as três variáveis se fazem bastante presentes com focos intensos no sudeste paraense.

Mapa 1. Violência no campo no Brasil entre 1986-2006



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2006

De acordo com Michelotti (2010), as faces do campesinato na Amazônia Oriental foram totalmente reconfiguradas após o processo de luta pela terra, o que desencadeou a presença marcante de projetos de assentamentos da reforma agrária no sudeste paraense. Atualmente, os assentamentos do estado do Pará correspondem a 52,5% dos assentamentos da Região Norte, são 1.067 projetos de assentamentos da reforma agrária em todo o estado, com um total de 224.798 famílias assentadas. Dos 143 municípios que compõem o Pará, 79 municípios possuem assentamentos em seus territórios. Os números de assentamentos do sudeste paraense correspondem a 48,17% dos assentamentos do Pará (Painel de assentamentos/ INCRA, 2017).

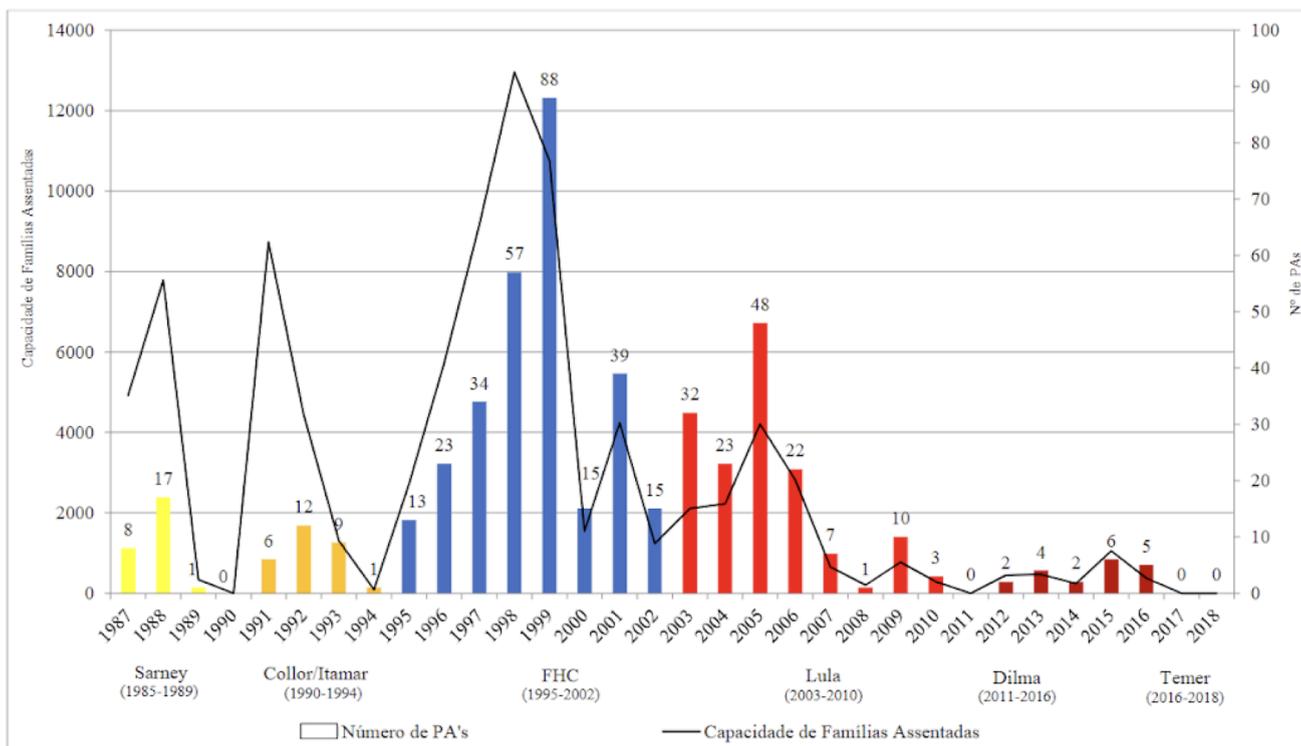
Esta região abriga uma das maiores áreas de projeto de assentamento de reforma agrária no Brasil. Michelotti *et al.* (2011) pontua que essa característica de criação de assentamentos rurais no sudeste paraense é resultado da política fundiária que ocorreu nos últimos trinta anos (1987 – 2016) e em grande medida só ocorreu pela

ação dos movimentos sociais do campo e dos trabalhadores rurais pela reivindicação de direitos, ou seja, a luta de classes desencadeou o Estado a constituir uma política de reforma agrária. Contudo, essa reconfiguração no território paraense de expansão agrária foi acompanhada de conflitos e violência, como também outras características, como expressa Pinto (2020, p. 66):

A bibliografia sobre assentamentos rurais no Brasil tem evidenciado perspectivas analíticas, que dialogam entre si, destacando três eixos principais: alterações nas condições de vida das famílias e dos indivíduos, que geralmente são positivas no conjunto dos assentamentos rurais no Brasil; territorialização do campesinato, com alterações fundiárias significativas, que embora não represente um processo de desconcentração da terra no Brasil, modificam a distribuição da terra e o acesso a esta, em regiões historicamente marcadas pelo latifúndio, estabelecendo novos padrões na estrutura agrária e; ressignificação de modos de vida, interculturalidade e novas modalidades de sociabilidade, comunicação e relacionamento.

Gráfico 1. Número de Assentamentos criados por ano no sudeste paraense, 1987-2018

Gráfico 1 – Número de PAs criados por ano no sudeste paraense – 1987-2018



Fonte: INCRA/SIPRA, 2019; Rede Dataluta, 2018. Organização: MIRANDA, Rogério Rego.

Fonte: INCRA/SR Marabá/Painel de Assentamentos, 1987 – 2018. Sistematização: MIRANDA, R. R. 2001.

De acordo com o gráfico 1, os picos de criação de projetos de assentamento da reforma agrária ocorrem no final da década de 1990 e

início do século XXI, resultados em grande parte pela pressão dos movimentos sociais e sindicais na luta pela desapropriação de terras improdutivas de castanhais pertencentes às oligarquias e segundo pela Política de Reforma Agrária como resposta do Estado após os conflitos sangrentos ocasionados na região. O número de assentamentos criados por ano a partir de 1995 mostra essa tendência de crescimento, mostrando uma queda a partir do segundo mandato (2007-2010) do Governo Lula.

A territorialização camponesa no sudeste da Amazônia Paraense a partir do dinâmico processo da conquista dos assentamentos foi resultado da consolidação da luta dos movimentos sociais e sindicais que atuaram fortemente nessa região nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

De acordo com o quadro 1, verificamos que a FETAGRI organizou 40 acampamentos no período de 2002 a 2015. Nesse mesmo espaço de tempo, outros 20 acampamentos foram liderados por outros movimentos sociais, de 2003 a 2015 o MST liderou 13 acampamentos, a CPT esteve à frente de 03 acampamentos entre 2003 e 2010 e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) 02 acampamentos no ano de 2010 (Miranda, 2017).

Quadro 1. Movimentos sociais e sindicais envolvidos na construção de acampamentos no sudeste paraense, 2002-2015

Movimento social e/ou sindical	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FETAGRI	1	14	4	3	5	-	2	-	1	1	2	-	-	7
MST	-	2	-	-	1	-	-	2	2	2	1	-	1	2
CPT	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
FETRAF	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Outros movimentos sociais e/ou sindicais ⁵	-	2	3	2	3	-	2	-	4	1	-	-	-	-
Não informado	-	1	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	3
Total	1	21	7	5	9	0	4	4	10	6	3	0	1	12

Fonte: CPT, 2002-2015. Sistematização: MIRANDA, 2017.

3 A construção da educação do campo no sudeste paraense

⁵ Movimento tucuruense sem Terra (MTST), Organização dos Trabalhadores do Campo (OTC), Associação dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte (Astrarural), Organização Independente (OI), Associação Terra e Paz (ATP) e Liga Camponeses Pobres (LPC).

A luta pelo acesso à terra está entrelaçada também à luta pela educação. A conquista da terra tem relação com acesso ao conhecimento, ou seja, ambos são processos que caminham simultaneamente, de modo que nos acampamentos isso está muito implícito, pois tudo é educativo, desde a ocupação da terra, as reuniões, as jornadas, as marchas. Consideramos que a educação é uma estratégia e não pode ser apartada/desvinculada da vida, das lutas e da realidade dos trabalhadores rurais, corroborando para isso, Monteiro (2015, p. 76) afirma:

Os movimentos sociais do campo têm a educação como instrumento de resistência na luta pela terra. Nas suas perspectivas, não há como avançar com o processo da reforma agrária e da transformação social sem avançar na perspectiva da educação. É nessa dialética de conjugar luta com formação; luta com conquistas e educação, que tem feito os movimentos sociais do campo a permanecerem vivos.

Com a redemocratização do país no final da década de 1980, houve um processo de fortalecimento entre as organizações dos trabalhadores do campo e as instituições acadêmicas, e em alguns casos a participação da cooperação internacional. No caso do sudeste paraense, essa parceria envolveu também uma organização franco-brasileira, a Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques (GRET), uma instituição governamental, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pesquisadores do *Campus Avançado*⁶ da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Marabá. Essa articulação resultou na criação do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), que foi responsável pelas primeiras experiências de formação profissional às comunidades do campo no Sudeste Paraense (Leroy, 2000; Almeida, 2011; Marinho, 2015).

O CAT foi um programa construído juntamente com a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA) e o Laboratório Sócio Agrônomo do Araguaia-Tocantins (LASAT). A FATA era constituída pelos sindicatos dos trabalhadores rurais de algumas cidades do sudeste paraense, como: Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá, e tinha como objetivo o apoio aos agricultores na produção e comercialização dos produtos. O LASAT era uma instituição ligada à UFPA, que tinha nos seus

⁶ O primeiro *campus* da Universidade Federal do Pará instalado no sul e sudeste paraense iniciou suas atividades em 1986.

quadros pesquisadores que realizavam estudos sobre a dinâmica de ocupação da região, e essa relação resultou numa aproximação dos cientistas com os agricultores (Marinho, 2015; Gomes, 2021).

Dessa forma, o Programa CAT surge a partir de demanda que encontra interlocutores, ou seja, pesquisadores sensíveis às demandas das organizações sindicais que, como advogavam, sem abrir mão dos rigores da ciência, iriam atuar como mediadores, visando a propiciar consistência a um projeto de desenvolvimento regional em que os pequenos agricultores estivessem contemplados. Nessa perspectiva, é importante ressaltar também que a demanda desses agricultores da região de Marabá era entendida como algo legítimo por esses pesquisadores, e que todo o processo de construção do Programa se daria a partir do diálogo com os sindicalistas (Almeida, 2011, p. 86).

O CAT foi criado com o objetivo de fortalecimento e estabilização da agricultura familiar como forma de consolidar um novo campesinato na fronteira amazônica, buscando ainda contribuir com a discussão da conservação ambiental e do desenvolvimento rural e sustentável, ou seja, o programa tinha características de ensino, pesquisa e extensão, Almeida (2011, p. 85) pontua que:

O CAT se insere, em âmbito nacional e regional, num movimento ascendente, embora pouco valorizado, de organização e comercialização da produção. A preocupação, nessa época, era a de empreender políticas duradouras que respondessem estrategicamente às necessidades básicas da categoria socioeconômica, como a implementação e a viabilidade da pequena produção, comercialização e emprego de novas tecnologias.

À medida que esses territórios são organizados pelos trabalhadores rurais, as demandas do processo de ocupação, produção, comercialização e educação da classe camponesa vão surgindo. Essa relação da comunidade acadêmica, resultado do processo de interiorização da universidade, juntamente com o movimento social organizado vai influenciar na estruturação das diretrizes proposta para o CAT. Assim sendo, a articulação dessas propostas vai desembocar na implantação da pedagogia da alternância⁷ no sudeste paraense, influenciadas principalmente pela:

[...] a matriz do movimento social, a matriz acadêmica e a matriz da cooperação franco-brasileira. O objetivo comum entre elas estava em

⁷ Segundo o MEC, a alternância pedagógica é uma organização de ensino que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivência em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar, tendo períodos de alternância entre o tempo-escola e tempo-comunidade.

discutir e oferecer oportunidades para o futuro dos jovens do meio rural e, conseqüentemente, discutir e propor alternativas para o futuro da agricultura familiar (Santos, 2019, p. 2).

A organização de ensino através da pedagogia da alternância teve suas primeiras experiências na Amazônia Paraense a partir da década de 1990 com a criação das primeiras Escola Família Agrícola (EFA). A primeira EFA instalada foi no município de Afuá, região da Ilha do Marajó, em 1992. Outros projetos pioneiros voltados à educação da classe camponesa foi a Casa Familiar Rural (CFR) de Medicilândia, região Oeste/Transamazônica, fundada em 1995. No sudeste paraense, a EFA de Marabá iniciou suas atividades em 1996. Entretanto, cabe ressaltar que considerando as especificidades de cada região, no sudeste paraense a EFA teve como inspiração a proposta política-pedagógica de Educação do Campo, enquanto na região do Oeste/Transamazônica foi a CFR (Marinho, 2015; Santos, 2019).

As primeiras discussões em torno da criação da EFA de Marabá tiveram como marco inicial o I Encontro de Jovens Camponeses, que foi realizado em outubro de 1993 e organizado pela FATA dentro das discussões educacionais no âmbito do CAT. A ideia da criação de uma Escola Agrícola que atendesse aos filhos dos trabalhadores do campo foi discutida nesse encontro. No evento foi apresentado a experiência da França com a EFA, que teve início em 1935. No Brasil, as primeiras experiências se deram em 1968. Esse evento deu-se início às primeiras discussões em torno das discussões da educação do campo na região (Santos, 2019).

Em 18 de março de 1996, a EFA de Marabá iniciou suas atividades através da pedagogia da alternância com uma turma de 22 jovens assentados da região. Essa turma finalizou o seu curso em dezembro de 1999 com 13 alunos concluintes. Essas primeiras experiências tiveram início com turmas do Ensino Fundamental maior (5ª a 8ª série) e com turmas do Ensino Médio, no período de 2003 a 2009 (Marinho, 2015). Acerca do funcionamento da EFA, Gomes (2021, p. 135) descreve os principais desafios encontrados naquele período:

Assim que se estrutura a educação do campo na região Sudeste do Pará, que se fortalece com a organização dos movimentos sociais do campo, sendo uma grande conquista dela a EFA de Marabá, criada em 1996, com oferta de ensino fundamental, tendo na primeira turma 22 alunos, essa formação envolveu diversos sindicatos vinculados à FATA. Essa foi a primeira turma de alternância pedagógica que, posteriormente, se expandiu. Vários foram os desafios no processo de implantação da formação dos jovens, principalmente no acompanhamento do Tempo Comunidade, por falta de transporte, por dificuldades em manter educadores no quadro permanente. Fui uma das primeiras educadoras da EFA no ensino fundamental. Vivenciei os problemas que até então haviam como falta de infraestrutura adequada, alimentação e transporte. Um dos problemas foi a falta de acompanhamento no Tempo Comunidade. No início, a FATA não atendia às demandas da EFA, eram espaços separados de atuação. A criação da EFA proporcionou a implantação de turma em regime de alternância pedagógica e abriu o debate em torno da educação vinculada ao trabalho, mas não, contudo, o debate elaborado e sistematizado de educação do campo. Esse percurso histórico abriu caminho para reflexões sobre a educação desenvolvida na zona rural. Discussão que abrangeu desde a formação à infraestrutura, já que, na época, a maioria das escolas é de pau a pique, coberta de palha, com assentos compostos por toras de madeira, outras com restos de carteiras, quadros e materiais oriundos das escolas urbanas. O debate em torno da educação desenvolvida no meio rural se expande com objetivo de construir uma formação na perspectiva de valorizar a vida no campo.

Portanto, é com essa trajetória de relação da Universidade, juntamente com os movimentos sociais e sindicais do campo e assentados da região do sudeste paraense, na troca de experiências da comunidade acadêmica através dos colegiados dos seus cursos e laboratórios de pesquisa e o protagonismo da organização dos povos do campo proporcionou a construção e o debate em torno do “Movimento por uma Educação do Campo”.

Essas experiências propiciaram avanços importantes no diálogo das ciências agrárias com a pedagogia, tanto do ponto de vista dos saberes acadêmicos da própria Universidade, como também com o acúmulo de experiências pedagógicas desenvolvidas nacionalmente pelo MST, pelo Movimento Sindical e pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e possibilitaram a materialização da matriz da Educação do Campo, mesmo que de uma forma piloto, incluindo a formação profissional e tecnológica voltada para os jovens agricultores. Com isso, a luta política das organizações do campo ganhou mais força, abrindo a possibilidade de um diálogo concreto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (IFPA/CRMB, 2010, p. 16).

No ano de 2001, foi realizada a 1ª Conferência Regional de Educação do Campo, evento que reuniu os movimentos sociais e governamentais e as discussões se deram em torno das experiências pedagógicas já desenvolvidas na região, bem como o desafio de ampliação das EFAs no sudeste Paraense, e a criação do Ensino Médio Profissionalizante (atualmente Médio Integrado). Essas discussões

resultaram na criação do primeiro curso Ensino Médio Profissionalizante no período entre 2003 e 2006. O curso foi implantado com a parceria da FETAGRI, UFPA (grupos de docentes-pesquisadores do colegiado de pedagogia e colegiado de agronomia) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA⁸). O curso tinha o objetivo de garantir a formação para os egressos do Ensino Fundamental da EFA e jovens de comunidades rurais do sudeste paraense (Marinho, 2015).

A questão fundamental para esta construção foi o acúmulo existente na região com o programa PRONERA, pois desde o ano de 1999 a Universidade Federal do Pará em parceria com os movimentos sociais do campo vem desenvolvendo experiências de educação em Alfabetização, formações iniciais e Magistério em parceria com a FETAGRI e o MST, em 2004 o Curso de Agronomia e em 2005 Letras em parceria com o MST e no ano de 2006 o curso de Pedagogia do Campo em parceria com a FETAGRI. (Marinho, 2015, p. 137).

Da articulação entre organizações sociais (MST, FETAGRI, CPT) e a academia (UFPA, LASAT), as discussões se aprofundaram em torno da criação da Escola Agrotécnica de Marabá na organização de ensino baseado na perspectiva da pedagogia da alternância, já que era uma demanda dos movimentos sociais da região. Nesse sentido, existia naquele momento a experiência da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (atualmente IFPA *Campus* Castanhal), essa singularidade possibilitou uma aproximação entre as instituições.

Naquele primeiro momento, a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal ficou responsável pelo processo de certificação e validação do curso de Ensino Médio Profissionalizante ofertado pela EFA de Marabá. O curso foi estruturado levando em consideração a articulação entre a educação básica e ensino profissional, fortemente calcado na alternância pedagógica e na concepção de educação popular. Entretanto, ao analisar os relatórios de atividades do curso, percebeu-se que os conceitos e concepções de educação do campo e agroecologia eram temas em construção e que necessitavam de mais diálogos e debates (Marinho, 2015).

⁸ Programa criado em 1998, a partir da luta histórica dos trabalhadores com o objetivo de ampliar o acesso à educação nas áreas de reforma agrária. Trata-se de uma política pública de Educação do Campo instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executada pelo INCRA.

Essa experiência possibilitou naquele momento um espaço permanente de discussão em torno da educação do campo, esse processo deu origem em 2005, a partir da 2ª Conferência Regional de Educação do Campo a criação do Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará (FREC). Acerca da criação do FREC, Gomes (2021, p. 136) descreve que:

É forte a atuação do FREC na região. Ele foi criado em maio de 2005 a partir da II Conferência de Educação do Campo por meio da articulação dos movimentos sociais, Universidades e representantes das secretarias municipais de educação da região. O fórum existe enquanto rede e, de acordo com seus registros históricos, busca integrar diversos sujeitos pelas políticas de educação do campo numa perspectiva de articular o ensino-pesquisa desenvolvimento sustentável a partir das especificidades: a) a necessidade da afirmação de uma compreensão crítica sobre o campo e de sua inclusão em um projeto de desenvolvimento regional e nacional; b) a busca de definição e consolidação de uma política educacional do campo; e c) a possibilidade de (re)organização dos processos pedagógicos e da escola na perspectiva do atendimento às demandas e culturas dos povos do campo.

Esse espaço de interlocução foi formado por um coletivo de intuições ligadas a movimentos e organizações sociais e sindicais de povos tradicionais e camponeses que lutavam pela educação e pela reforma agrária no sudeste paraense. Assis, Oliveira e Halmenschlager (2013, p. 247) descrevem atuação do FREC:

[...] tal Fórum passou a ser a expressão regional do movimento nacional e estadual, propositor e reivindicador de políticas públicas específicas para a educação da população do campo. As principais ações do Fórum atualmente são: realização de conferências com o intuito de recolher demandas e propostas para a construção do Plano Estadual de Educação do Estado do Pará; implantação de um curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo e participação no processo de construção do plano pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Marabá. Compõem o Fórum: Universidade Federal do Pará (UFPA), Movimento dos Sem-Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura, regional sudeste do Pará (Fetagri-sudeste), Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata)/Escola Família Agrícola (EFA), Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços), Laboratório Socio agrônômico do Tocantins (Lasat), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Pará-Marabá (Sintepp/Marabá), Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (Semed/Parauapebas).

Esse forte coletivo de instituições possibilitaram uma maior articulação e unificação da luta dos movimentos e organizações sociais em busca de políticas públicas voltados especialmente para a agricultura familiar, como também da educação do campo. Esse debate acompanhou as discussões em âmbito nacional do movimento “por uma educação do

campo”. Tal movimento ganha força dentro do MEC que cria a Coordenação Geral de Educação do Campo, essa medida resulta numa série de legislações e programas que fortalecem a educação em áreas e contextos rurais.

Podemos visualizar que essas alianças possibilitaram a conquista de vários territórios em várias frentes como por exemplo no âmbito educacional, com oferta de cursos organizados para atender a realidade agrária. Para Miranda (2017, p. 33), esses instrumentos “fizeram com que os movimentos sociais e sindicais se apropriassem da argumentação jurídico-científica para fazer frente aos representantes da classe dominante, produzindo alterações concretas no espaço agrário em termos educacionais”.

As lideranças do MST, principalmente do setor de educação, tinha fortes ligações com a bancada petista paraense no Congresso Nacional. Dentro da fase I de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a forte mobilização e organização dos movimentos e organizações sociais pela luta da reforma agrária no sudeste paraense conseguiram a implantação de um *campus* na região sudeste paraense, sendo denominado Escola Agrotécnica Federal de Marabá, criada pela Lei nº 11.534 sancionada pelo presidente Lula em 25 de outubro de 2007.

A luta pela terra envolveu, sempre, necessidades por políticas públicas de apoio a produção e de garantia dos direitos de cidadania dentre eles, o direito à educação básica e técnico-profissionalizante das famílias camponesas. Dessas demandas, foram emergindo experiências de educação formal ou informal das famílias camponesas, coordenadas tanto por instituições estatais como pelos próprios sujeitos do campo, através de suas organizações sociais e sindicais e por entidades de apoio. Por isso, a constituição da primeira escola federal tendo como referência metodológica a Pedagogia da Alternância, representa uma tentativa de assegurar o direito à escola aos povos do campo que atenda suas demandas e considere seus saberes e culturas no processo formativo. Para além da construção de prédios, ampliação de vagas, ofertas de cursos em diversos níveis e valorização docente, o desafio é o de construir uma proposta pedagógica e curricular que atenda a concepção da educação do campo e dentro de princípios agroecológicos regionais. (IFPA/CRMB, 2010, p. 16).

A Escola Agrotécnica Federal de Marabá iniciou suas atividades em um imóvel alugado no município de Marabá. Seguidamente houveram disputas tanto políticas como ideológicas em torno da localização geográfica de estabelecimento da construção do espaço físico do

campus, como também da proposta pedagógica a ser seguida. Acerca dessa discussão Miranda (2017, p. 334) descreve:

É no bojo desse debate e das lutas em torno da educação do campo que se constitui a disputa pelo *Campus Rural* de Marabá do IFPA no âmbito territorial, pois ele envolve o conflito geográfico de sua posição político-educacional. De um lado, existia a proposta dos movimentos sociais e sindicais a respeito de onde seria a construção da instituição e do projeto educacional, que reforçaria a luta pela terra assim como a permanência nela de outra matriz produtiva, pautada na agroecologia. Do lado oposto existia a discussão do agronegócio com o intuito de ceder um espaço para o desenvolvimento das atividades, o que implicaria ingerência sobre os cursos e demandas do IFPA.

O IFPA-CRMB está fundamentado em concepções de matriz pedagógicas e educacionais contra-hegemônicas: como a educação do campo, agroecologia e alternância pedagógica. A história de criação do território onde se localiza o IFPA-CRMB e a trajetória pela conquista de um *campus* da Rede Federal EPT se cruzam (figura 1), pois ambos refletem a luta e atuação efetiva dos movimentos sociais e sindicais do campo pelo direito a terra e a educação, e são símbolos das conquistas dos mais de trinta anos de luta pela reforma agrária e pelo direito educacional aos camponeses no sudeste paraense.

Figura 1. Vista aérea do IFPA - *Campus Rural* de Marabá



Fonte: Sky Lira Imagens Aéreas, 2017.

Para compreender esse movimento da realidade concreta, sistematizamos os principais marcos da luta pela terra e pela educação do/no campo no sudeste da Amazônia Paraense, conforme quadro a seguir:

Quadro 2. Marcos da luta pela terra e pela educação do/no campo no Sudeste Paraense, 1987-2017

Marco	Ano
Criação de 06 Projeto de Assentamento (PA), sendo o primeiro oficialmente no sudeste paraense no município de São João do Araguaia, PA Araras.	1987
Criação do Centro Agro Ambiental do Tocantins (CAT)	1988
Criação de 17 PA de reforma agrária	1988
Criação do PA Boca Cardoso em Eldorado dos Carajás	1989
Criação de 06 PA de reforma agrária	1991
Criação de 10 PA de reforma agrária	1992
Criação de 9 PA de reforma agrária	1993
Criação do PA Apertar da Hora em Conceição do Araguaia	1994
Criação de 14 PA de reforma agrária	1995
Criação de 24 PA de reforma agrária	1996
Massacre de Eldorado dos Carajás, assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra	1996
Criação da Escola Família Agrícola de Marabá	1996
Criação de 32 PA de reforma agrária	1997
Criação de 56 PA de reforma agrária	1998
Início da Licenciatura em Ciências Agrárias na UFPA	1999
Criação de 92 PA de reforma agrária	1999
Projeto de Educação de Jovens e Adultos para Alfabetização de Agricultores (PRONERA parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	1999-2001
Projeto de Escolarização de Monitores para Elevação de Escolaridade 5ª a 8ª séries (PRONERA- parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	1999-2001
Criação de 79 PA de reforma agrária	2000
Projeto de Formação de Professores com Curso de Ensino Médio Magistério (PRONERA parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	2001-2004
I Conferência Regional de Educação do Campo	2001
Reconhecimento por parte do MEC da primeira escola dentro de uma área de acampamento – Escola Mariqhela	2001
Criação de 43 PA de reforma agrária	2001
Criação de 16 PA de reforma agrária	2002
Criação de 35 PA de reforma agrária	2003
Projeto de Educação de Jovens e Adultos para Elevação de Escolaridade Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EFA)	2003-2006
Projeto de formação de Ensino Médio Técnico-Profissional em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, com duas turmas (PRONERA- EFA)	2003-2007, 2005-2009
Criação de 21 PA de reforma agrária	2004
Projeto de Curso de Graduação em Agronomia (PRONERA-parceria INCRA/UFPA/MST)	2004-2008
Projeto Saberes da Terra (UFPA/IFPA/MUNICÍPIO/ESTADO)	2005
Criação do Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará	2005
II Conferência Regional da Educação do Campo	2005
Criação de 53 PA de reforma agrária	2005
Projeto de Curso de Graduação em Pedagogia do Campo (PRONERA- parceria INCRA/UFPA/FETAGRI)	2005-2011
Projeto de Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo - Residência Agrária (PRONERA- parceria INCRA/UFPA/MST)	2005-2007, 2011-2012, 2013-2015
Criação de 23 PA de reforma agrária	2006
Criação de 08 PA de reforma agrária	2007

Marco	Ano
III Conferência Regional de Educação do Campo	2007
Criação do PA 26 de Março em Marabá	2008
Criação do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2008
Criação de 11 PA de reforma agrária	2009
IV Conferência Regional de Educação do Campo	2009
Criação do Curso Regular de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA	2009
Projeto PROCAMPO- Licenciatura em Educação do Campo- IFPA/CRMB	2009-2014
Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia- "Saberes da Terra" (UFPA/SEMED/FREC)	2009
Criação de 06 PA de reforma agrária	2010
V Conferência Regional de Educação do Campo	2011
Criação do curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio para Populações Indígenas- IFPA-CRMB	2011
Criação de 04 PA de reforma agrária	2011
Criação do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) – UFPA <i>Campus</i> Marabá	2012
Criação de 04 PA de reforma agrária	2012
Criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2013
Criação de 05 PA de reforma agrária	2013
Reativação da Escola Família Agrícola de Marabá	2014
Criação de 03 PA de reforma agrária	2014
Criação dos Polos do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2015
Criação de 07 PA de reforma agrária	2015
Criação de 06 PA de reforma agrária	2016
Projeto de Curso de Graduação em Direito (PRONERA- parceria INCRA/UNIFESSPA/MST)	2016
Criação do curso regular da Licenciatura em Educação do Campo e do Curso Tecnólogo em Agroecologia do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2017

Fonte: Painel de Assentamentos/INCRA (1987-2017) e Gomes (2021). Sistematização: Os autores.

4 Conclusão

O presente artigo é resultado de uma investigação dentro de uma sociedade de classes na qual a terra e a educação são constantemente negadas e reivindicadas pelos movimentos sociais do campo. Revelam um pouco da realidade do meio rural amazônico, apresentando o processo histórico de luta pela terra no sudeste paraense através da criação de assentamentos rurais e a trajetória da educação do campo nessa região. Ambas as histórias se cruzam e refletem a luta e atuação efetiva de movimentos sociais e sindicais, das instituições públicas e instituições não governamentais na busca pela Reforma Agrária e a educação do campo.

Como pesquisadores que não desejam somente passar por essa vida, mas que desejam viver essa vida comprometida com a realidade social, não podemos nos silenciar. É nosso dever evidenciar a luta da classe trabalhadora pela vida, pela ciência e pelo conhecimento,

principalmente num momento muito difícil da história brasileira, onde as forças conservadoras da extrema direita se pautam pelo anticientificismo, pela pedagogia do ódio, da ameaça à democracia, do silenciamento das minorias, do desmonte sistemático de tudo que é público.

A configuração da estrutura fundiária e da educação do campo no sudeste paraense é resultado de lutas, especialmente da mobilização dos movimentos sociais. Os 514 projetos de assentamentos da reforma agrária no sudeste do Pará, onde residem 72.162 famílias (INCRA, 2017), é um desdobramento desse processo de ocupação desse espaço agrário, que por vezes foi um processo conflituoso e violento. A primeira demanda do movimento social organizado era a luta pela terra, que desembocou na criação de vários assentamentos. Quando as famílias passam a ocupar esses territórios, passa a surgir uma nova demanda, que é a permanência na terra, que passa pela oferta de uma educação às populações do campo.

Esse é um dos desafios que surgem, como as famílias vão gerenciar esses territórios para produzir a sua existência. Esse processo de conjuntura da construção político-agrário-educacional é resultado do histórico da caminhada de luta dos movimentos sociais que contribuíram para a identidade da educação do campo no sudeste paraense.

A organização dos trabalhadores do campo (re) configurou o espaço agrário e educacional do campo no sudeste paraense. As tensões e disputas em um território impactado historicamente pela mineração, pela expansão da pecuária e atualmente do agronegócio desafiam os movimentos sociais a continuarem atuando junto à classe trabalhadora do campo com vistas à transformação social.

Referências

ALMEIDA, Luciano Leal. **Sindicalistas e Pesquisadores na Região de Marabá: uma análise do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, 2011.

ASSIS, William Santos. Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonildes M.; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V. II. São Paulo; Editora UNESP, 2009. v. 2.

ASSIS, William Santos; OLIVEIRA, Myriam; HALMENSCHLAGER, Fabio. Dinâmicas Territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia Oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, p. 228-261, 2013.

BRASIL.. **Lei 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm>. Acesso em: 12 de jan 2023.

BRASIL. INCRA. **Painel de assentamentos, 2017**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 26 de jul 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999

GOMES, Maria Suely Ferreira. **Território camponês no Sudeste do Pará: a construção da educação do Campo**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2021.

HEBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes/ FASE/ NAEA, 1991.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, Vozes. 1979. 236p.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá**. Marabá, PA: IFPA, 2010.

LEROY, Jean-Pierre. Da Fronteira sem Lei nem Direitos a uma Democracia em Construção: ao campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul (Orgs.). **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA/ CAT, 2000. p. 03-25.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta: Um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão**. São Luís, UFMA/ Secretaria Educação MA. 1984.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo as cercas e construindo saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará**. 2015. 317 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agropecuários) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Castanhal - PA, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica**, v. 26, p. 245-268, 2010.

MICHELOTTI, Fernando; RIBEIRO, Beatriz; SOUZA, Haroldo; FREITAS, Rafael Araújo. O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: Hentz, Andréa; Maneschy, Rosana Quaresma (Orgs.). **Práticas Agroecológicas: soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região Sudeste do Pará**. Jundiá (SP): Paco Editorial, 2011, v. 1, p. 49-66.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no sudeste paraense**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2017.

MONTEIRO, Charles da Silva. **Educação e Resistência Camponesa: os sentidos da educação na luta pela Terra no Sudeste Paraense**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse de terra na Região Araguaia Paraense: o caso da fazenda Bela Vista**. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de terras e violência no sul do Pará (1975-1990). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, Recife, 2010. **Anais...** Recife: UFPE, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Pernambuco, Recife-PE, 2013.

PINTO, Jax Nildo Aragão. **Acesso à terra, experiência de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no Assentamento Palmares II**. 2020. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro (RJ), 2020.

SANTOS, Damião Solidade. **Pedagogia da Alternância e atuação de jovens no desenvolvimento local**. São Luís, MA: Editora Fross, 2019.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974.

Sobre o autor e a autora

Leandro Ferreira da Silva

Graduado em Biologia pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Graduado em Letras e em Pedagogia pelo Centro Universitário FACVEST. Mestre em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) em Conceição do Araguaia (PA).

Email: leandrosuperbio@gmail.com

Maria Cristina dos Santos

Graduada em Ciências Sociais pela Associação Limeirense de Educação (ALIE). Mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde é professora do Departamento de Educação, coordenadora do grupo de estudos e pesquisa "Trabalho, Política e Educação Escolar" e integrante do Grupo de Pesquisa em Educação no Campo (GEPEC).

Email: mc.bezerra12@gmail.com

Histórico

Recebido em: 17/01/2023. Aprovado em: 13/09/2023. Publicado em: 10/05/2024.